



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e onze (08.11.2011), às oito horas e quarenta e cinco minutos (08h45min), no Plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 58ª (quinquagésima oitava) Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada da Dra. Vera Nilva Álvares Rocha, bem como a ausência temporária da Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Bruno Machado Carneiro, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. João Ricardo de Araújo Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, e de diversos servidores da instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a **apresentação da proposta orçamentária para o ano de 2012**. De início, a palavra foi concedida ao Sr. João Ricardo, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, que procedeu à apresentação da **Proposta de Valores para a Lei Orçamentária Anual – LOA 2012**. Durante a explanação acerca dos programas constantes da proposta orçamentária e suas respectivas ações e metas financeiras, os Membros do Colegiado suscitaram questões que restaram devidamente sanadas pelo Presidente e pelo Sr. João Ricardo. O Dr. Edson Azambuja, Presidente da ATMP, e o Sr. Bruno Carneiro, Presidente da ASAMP, também interviram no sentido de solicitar esclarecimentos a respeito de assuntos de interesse de suas classes, tendo o Dr. Clenan Renaut prestado todas as informações pertinentes. Na oportunidade, o Presidente do Colegiado registrou que o pagamento, aos membros, do reajuste relativo à Unidade Real de Valor – URV, consta da ação de folha de pagamento, enquanto que a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE será paga através de custeio. Já com relação ao pagamento da URV aos servidores, ressaltou que é preciso aguardar decisão judicial, e que, sendo esta favorável, permitirá sua contemplação no orçamento do próximo exercício, caso aprovado integralmente pela Assembleia Legislativa. Destacou também que, em sua gestão, o Ministério Público tem procurado quitar todas as pendências financeiras decorrentes de

decisões judiciais e administrativas existentes, possibilitando ao próximo Procurador Geral de Justiça que inicie seu mandato sem dívidas a pagar de exercícios anteriores. Por fim, exaltou o grande crescimento e fortalecimento da instituição, destacando a necessidade de aprovação do seu orçamento para a manutenção das ações ministeriais programadas. Às nove horas e quarenta minutos (09h40min), a Dra. Leila Vilela tomou assento em plenário. Ato contínuo, colocou-se em votação a proposta orçamentária para o ano de 2012, que restou aprovada, na íntegra, à unanimidade. Por fim, o Dr. João Rodrigues Filho comunicou que, em razão do término do seu mandato à frente da Comissão de Assuntos Administrativos, o Dr. Alcir Raineri Filho, na condição de atual presidente, passará a compor também a Comissão de Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Subsídios – PCCS dos servidores. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às nove horas e cinquenta minutos (09h50min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

José Omar de Almeida Junior

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Elaine Marciano Pires

José Maria da Silva Júnior